

4 Marx e a natureza

4.1. O antagonismo entre capital e natureza

O capital constitui uma poderosíssima estrutura *totalizante* de organização e controle do metabolismo societal, que deve subjugar não apenas a totalidade dos seres humanos como toda a natureza. Ambos devem ser submetidos à lógica desse sistema cujas determinações mais profundas estão *orientadas para a expansão e impelidas pela acumulação*, independentemente de qualquer consideração acerca das conseqüências sociais e naturais que tal prática necessariamente implica.¹

Uma conseqüência que sempre se mostrou bastante nítida desse modo de controle do metabolismo social foi o sistemático “martirólogo” dos produtores. Mas o funcionamento desse sistema produziu também uma outra séria conseqüência: a destruição da natureza. É verdade que os efeitos desse processo demoraram um tempo mais longo até manifestar os seus resultados mais nefastos. Todavia, tais resultados não podem mais ser negligenciados nos dias de hoje.

Vejam nas páginas a seguir um pouco do modo como Marx percebia em sua época os problemas instaurados pelo sistema do capital em relação ao seu modo de funcionamento inerentemente destrutivo.

Uma das passagens mais ilustrativas a esse respeito encontra-se em *A ideologia alemã*, quando ele mostra que, sob a lógica alienada do sistema do capital, as forças produtivas terminam por se transformar em forças destrutivas:

“Tais forças produtivas alcançaram com a propriedade privada um desenvolvimento exclusivamente unilateral, tornam-se, em sua maior parte, forças destrutivas, e um grande número delas não pode encontrar a menor utilização sob o seu regime [...]. No desenvolvimento das forças produtivas, ocorre um estágio em que nascem forças produtivas e meios de circulação que só podem ser nefastos no quadro das relações existentes

¹ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo; Campinas – SP: Editora UNICAMP, 2002. p. 100.

e não são mais forças produtivas, mas sim forças destrutivas (a máquina e o dinheiro)”.²

Esta característica que Marx soube perceber em sua época tornou-se ainda mais visível na atualidade do sistema do capital, sobretudo por causa de sua crise estrutural que não cessa de se agravar. Mediante a crise em que se encontra mergulhado, o sistema do capital busca saídas adotando uma lógica cada vez mais destrutiva, marcada pela produção de mercadorias com reduzida taxa de utilização (descartáveis), mas sobretudo pela estupenda produção de armamentos (cujo potencial é suficiente para destruir a humanidade centenas de vezes), em relação ao qual o tradicional desafio do consumo (utilidade) só pode ser aplicado de um modo muito marginal.³ István Mészáros observa que *a tendência decrescente no valor de uso das mercadorias*, ao permitir uma agilização do ciclo reprodutivo, tem se revelado como um dos principais meios através dos quais o capital vem atingindo o seu incomensurável crescimento ao longo da história, apesar todas as suas nefastas conseqüências humanas e ecológicas.⁴

² MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 72, 85.

³ O desperdício do capital em relação aos recursos naturais e humanos é realmente imenso. Vale lembrar que somente em 2002, devido à “guerra ao terrorismo”, os países gastaram 794 bilhões de dólares em armamentos, 6% a mais que no ano anterior os países, o equivalente a 2,3 % do PIB mundial, ou 128 dólares per capita. Os Estados Unidos é disparado o país que mais gastou: 335,7 bilhões, ou seja, 43% do orçamento mundial reservado para o setor de armamentos. Esses dados constam do relatório anual de defesa e de segurança do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (Sipri). Paulo Pereira Lima. Brasil de Fato. Ano I. número 17, segundo caderno. De 26 de junho a 2 de julho de 2003. p. 10.

⁴ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 604. Uma das teses centrais de *Para além do capital* diz respeito à taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas. O capital não apenas separa o valor de uso do valor de troca como, em seguida, subordina inteiramente o primeiro ao segundo. Uma mercadoria pode ter o seu valor de uso realizado ou jamais ser usada sem, por isso, deixar de ter utilidade para o capital. Mas para o capital essa utilidade tem um significado muito peculiar: identifica-se com vendabilidade. Uma mercadoria é útil ao capital quando ela permite a sua expansão e sua reprodução. Para Mészáros, esse tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, ao reduzir deliberadamente a sua vida útil, tem constituído num dos principais mecanismos pelo qual o capital vem alcançado seu incomensurável crescimento ao longo da história, malgrado as suas infundáveis conseqüências negativas. Segundo o autor em questão, “em termos mais gerais, se a taxa de utilização de um determinado tipo de mercadoria pudesse ser diminuída de, digamos 100% para 1%, mantida constante a demanda por seu uso, a multiplicação potencial do valor de troca seria correspondentemente centuplicada (isto é, assumiria a estonteante figura de 10.000%) De fato, essa tendência de reduzir a taxa de utilização real tem sido precisamente um dos principais meios pelos quais o capital conseguiu atingir seu crescimento verdadeiramente incomensurável no curso do desenvolvimento histórico”. *Ibidem*. p. 661.

As forças destrutivas que o capital termina por produzir mostram-se intrinsecamente destrutivas em relação aos recursos naturais e humanos do planeta.⁵ Mas essa lógica desperdiçadora estava inscrita há muito tempo no modo de funcionamento desse sistema. No livro terceiro de *O capital*, Marx faz a seguinte observação acerca dessa questão:

“A produção capitalista é, com toda a sua sovinice, completamente desperdiçadora do material humano, exatamente como, por outro lado, graças ao método de distribuição de seus produtos pelo comércio e sua mania da concorrência, procede de maneira desperdiçadora com os meios materiais e perde, por um lado, para a sociedade o que ela ganha, por outro, para o capitalista individual”.⁶

Uma importante passagem onde Marx mostra o caráter inerentemente destrutivo do sistema do capital em relação aos recursos naturais e humanos encontra-se no final da quarta seção do livro primeiro de *O capital*, onde ele assinala que:

“Com a preponderância cada vez maior da população urbana que se amontoa nos grandes centros, a produção capitalista, de um lado, concentra a força motriz histórica da sociedade, e, do outro, perturba o intercâmbio material entre o homem e a terra, isto é, a volta dos elementos do solo consumidos pelo ser humano sob a forma de alimentos e de vestuário, violando assim a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Com isso, destrói a saúde física do trabalhador urbano e a vida mental do trabalhador do campo [...]. Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtêm-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. E todo o progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e

⁵ É importante dizer que a destruição dos recursos naturais não pode prosseguir indefinidamente, sob o risco de colocar em perigo à própria sobrevivência humana nesse planeta. Éric Hobsbawm assinala as suas preocupações acerca dessa questão em seu famoso *Era dos extremos*: “Uma taxa de crescimento econômico como a da segunda metade do Breve Século XX, se mantida indefinidamente (supondo-se isso possível), deve ter consequências irreversíveis e catastróficas para o meio ambiente natural deste planeta, incluindo a raça humana que faz parte dele. Não vai destruir o planeta, nem torná-lo inabitável, mas certamente mudará o padrão de vida da biosfera, e pode muito bem torná-lo inabitável pela espécie humana, como a conhecemos, com uma parecida a seus números atuais. Além disso, o ritmo em que a moderna tecnologia aumentou a capacidade de nossa espécie de transformar o ambiente é tal que, mesmo supondo que não vá acelerar-se, o tempo disponível para tratar do problema deve ser medido em décadas que em séculos”. *HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 547.

⁶ MARX, Karl. *O capital*. livro 3, vol. IV. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 66.

todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais se apóia na indústria moderna o desenvolvimento de um país, como é o caso dos Estados Unidos, mais rápido é esse processo de destruição”.

Esse trecho termina uma frase da qual se fez muito pouca utilização teórica: “*A produção capitalista [...] só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador*”.⁷

Essa frase mostra que Marx estava ciente do caráter duplamente destrutivo do capital, de sua destrutividade em relação ao trabalhador e à natureza. Essa idéia de Marx é reforçada em outras passagens, como aquela, no capítulo VIII do livro primeiro de *O capital*, dedicada ao estudo da jornada de trabalho, quando ele afirma que: “A mesma rapacidade que esgotou as terras atacou a força vital da nação em suas próprias raízes”.⁸ Ou ainda numa passagem não menos importante que se encontra no livro terceiro de *O capital*, mais precisamente no final do capítulo dedicado à Gênese da renda fundiária capitalista, onde ele escreve o seguinte:

“Se a pequena propriedade cria uma classe permanente de bárbaros meio à margem da sociedade, que conjuga toda a brutalidade de formas sociais primitivas com todas as torturas e toda a miséria de países civilizados, a grande propriedade soterra a força de trabalho na última região onde se refugia a sua energia natural e onde ela se armazena como fundo de reserva para a renovação da força vital das nações: na própria terra. Grande indústria e grande agricultura, exploradas industrialmente, atuam conjuntamente. Se, originalmente, elas se diferenciam pelo fato de que a primeira devasta e arruina mais a força de trabalho e por isso a força natural do homem e a última, mais diretamente a força natural da terra, mais tarde, ao longo do desenvolvimento, ambas se dão as mãos, ao passo que o sistema industrial na zona rural também extenua os trabalhadores e, por sua vez, a indústria e o comércio proporcionam à agricultura os meios para esgotamento da terra”.⁹

⁷ MARX, Karl. *O capital*: livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 570, 571.

⁸ *Ibidem*. p. 277.

⁹ *Idem*. *O capital*, livro 3. Vol. V. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 250.

Um outro trecho que parece bastante ilustrativo da forma como Marx notava o caráter antagônico do capital em relação aos recursos naturais encontra-se no livro segundo de *O capital*, na seção dedicada à rotação do capital, quando aborda o problema da destruição das florestas – uma questão muito importante nos dias de hoje:

“O longo tempo de produção (que inclui uma duração relativamente pequena de tempo de trabalho), em consequência a extensão de seus períodos de rotação, torna a silvicultura um ramo pouco propício à exploração privada e, portanto, capitalista, pois esta é essencialmente exploração privada, mesmo se em vez do capitalista individual aparece o capitalista associado. O desenvolvimento da agricultura e da indústria em geral mostrou-se desde tempos imemoriais tão ativos na destruição das florestas que, em face disso, tudo o que inversamente se fez para a sua conservação e produção é uma grandeza completamente evanescente”.¹⁰

O processo de produção de madeira depende de um tempo de produção muito longo, incompatível com o empreendimento do capital privado. Por isso, o capital se mostra tão destrutivo em relação ao patrimônio florestal já existente. O tempo da natureza não acompanha o ritmo do capital. E o que pode ser dito em relação à extração de madeira pode também ser dito em relação à outras matérias primas. Com o desenvolvimento sempre crescente das forças produtivas do capital e, por consequência, as necessidades de matérias primas também sempre em escala mais ampla, o conflito entre essas duas diferentes temporalidades tende a se tornar cada vez mais problemático. No trecho em questão, Marx faz ainda uma outra observação muito importante para a compreensão dos processos de intercâmbio material entre o homem e a natureza: a de que diferentes formas sociais determinam diferentes formas de apropriação dos recursos da natureza. Segundo ele, se o capital mostra-se muito ativo na destruição das florestas, “na produção comunitária esse capital inexistente e a questão consiste apenas em saber quanto de solo a comunidade pode subtrair para a produção florestal ao cultivo e às pastagens”.¹¹

¹⁰ Idem. *O capital*. livro 2, vol. II. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 183.

¹¹ Ibidem. p. 183.

Um outro trecho também muito revelador acerca do modo como Marx está inteiramente ciente do grave conflito entre os interesses do capital e os limites impostos pela natureza, encontra-se na seguinte observação:

“Mas a dependência da cultura dos produtos específicos da terra em relação às oscilações dos preços de mercado e a constante variação dessa cultura com essas oscilações de preço – todo o espírito da produção capitalista, orientado para o ganho direto e imediato de dinheiro – contrapõem-se à agricultura, que deve operar com a totalidade das condições vitais constantes das gerações de seres humanos que se sucedem”.¹²

A produção dominada pelo capital, orientada para o ganho imediato, é incapaz de preservar as condições de vida das gerações futuras, seja em relação à agricultura, seja em relação à apropriação dos recursos da natureza de uma forma geral. A crítica de Marx sobre o caráter predatório do capital em relação à natureza se baseia em sua crítica mais geral da propriedade privada da terra:

“Do ponto de vista de uma formação econômica superior da sociedade, a propriedade privada de certos indivíduos sobre o globo terrestre parecerá tão absurda quanto a propriedade privada de um ser humano sobre outro ser humano. Mesmo uma sociedade inteira, uma nação, mesmo todas as sociedades coevas em conjunto não são proprietárias da Terra. São apenas possuidoras, usufrutuárias dela, e como *boni patres familias* deve legá-las melhorada às gerações futuras”.¹³

Se do ponto de vista da sociedade futura a propriedade da terra parecerá um completo absurdo, do ponto de vista da forma social prevalecente, a propriedade de porções do globo terrestre por alguns poucos homens é um direito inquestionável, do mesmo modo

¹² MARX, Karl. *O capital*. Livro terceiro, tomo 2, vol. V. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 113.

¹³ *Ibidem*. p. 224.

que o é o direito de se apropriar e utilizar a natureza segundo seus objetivos estreitos e imediatos, ainda que isso seja feito em detrimento dos interesses da maioria dos seres humanos, tanto das gerações presentes quanto das gerações vindouras. A exploração da Terra por parte de certas pessoas, em prejuízo de sua grande maioria, encontra-se inscrita no próprio conceito de propriedade fundiária, como nos explica Marx na seguinte passagem:

“A propriedade fundiária pressupõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas exclusivas de sua vontade privada, com exclusão de todas as outras [...]. Parte da sociedade exige da outra tributo pelo direito de habitar a Terra, assim como, de modo geral, está implícito na propriedade fundiária o direito dos proprietários de explorar o corpo terrestre, as entranhas da Terra, a atmosfera e, com isso, a manutenção e o desenvolvimento da vida.”¹⁴

A instauração de uma outra forma de relação entre o homem e a natureza requer a superação da propriedade privada da Terra e, no lugar desta, a restituição do significado original de propriedade, que, segundo Marx, “não é nada mais que o comportamento do homem diante de condições naturais de produção como lhe pertencendo, como suas, dadas ao mesmo tempo em que sua própria existência”.¹⁵ É preciso, portanto, que se restitua a unidade há muito tempo perdida entre o homem e a natureza, entre as condições orgânicas e inorgânicas de realização do trabalho.

O caráter predatório do capital em relação à natureza e em relação à força de trabalho decorre de sua própria essência como modo de controle do metabolismo social. O impulso cego do capital para a incessante ampliação da riqueza introduz uma visão de curto prazo, estreita e limitada, capaz de ignorar todas as conseqüências que ela engendra, por

¹⁴ Idem. p. 112, 222, 223.

mais nefastas e perigosas que sejam. No livro primeiro de *O capital*, Marx faz uma interessante observação acerca da visão de curto prazo do capital:

“O capital, que tem tão ‘boas razões’ para negar os sofrimentos da geração de trabalhadores que o circundam, não se deixa influenciar, em sua ação prática, pela perspectiva de degenerescência futura da humanidade e do irresistível despovoamento final. Tudo isto não o impressiona mais do que a possibilidade de a Terra chocar-se com o Sol. Todo mundo que especula em bolsa sabe que haverá um dia de desastre, mas todo mundo espera que a tempestade recaia sobre a cabeça do próximo, depois de ter colhido sua chuva de ouro e de ter colocado seu patrimônio em segurança. *Après moi le déluge!* é a divisa de todo capitalista e de toda nação capitalista.”¹⁶

Do ponto de vista estreito do capital, a saúde e a vida do trabalhador não lhe interessam. Tais questões só passam a lhe interessar apenas quando a sociedade o obriga a fazê-lo. À queixa sobre a degradação física e mental, a morte prematura, o suplício do trabalho levado até a completa exaustão, o capital só tem uma resposta: “Por que nos atormentarmos com esses sofrimentos, se aumentam nossos lucros?” E o que o capital faz em relação ao trabalhador, ele o faz também em relação à natureza. Por que se preocupar com as conseqüências futuras dos processos de produção engendrados pelo capital se eles aumentam os lucros hoje? ¹⁷ A realidade atual mostra que o lema do capital é o mesmo quando se trata da exploração da natureza: *Après moi le déluge!*

O problema do caráter unilateral e imediatista do modo como o capital se relaciona com a natureza é abordado por Engels em *A humanização do macaco pelo trabalho*, texto em que o autor manifesta uma preocupação nitidamente ecológica. Nesse texto, Engels observa que o homem, através do trabalho, domina a natureza e lhe imprime as modificações que julga necessárias. No entanto, observa também que o homem não pode

¹⁵ MARX, Karl. *Fondements de la critique de l'économie politique*, vol I. Paris; Éditions Anthropos, s.d. p. 454.

¹⁶ Idem. *O capital*, livro I, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 312.

¹⁷ Segundo Daniel Bensaïde, “A previsão de longo prazo, a economia de recursos não renováveis, a definição de um novo modo de consumo implicam uma reviravolta do próprio modo de produção e são incompatíveis

regozijar-se muito dessas vitórias, pois a cada delas a natureza exerce a sua *vingança* contra os homens. Isto porque a cada uma dessas vitórias o homem produz não apenas as conseqüências imediatas com as quais pode contar, mas também produz outras conseqüências muito diferentes, não previstas, que quase sempre anulam essas primeiras conseqüências. Engels exemplifica:

“Os homens que na Mesopotâmia, na Grécia, na Ásia Menor e noutras partes destruíram os bosques, para obter terra arável, não podiam imaginar que, dessa forma, estavam dando origem à atual desolação dessas terras ao despojá-las de seus bosques, isto é, dos centros de captação e acumulação de umidade. Os italianos dos Alpes, quando devastaram, na vertente Sul, os bosques de pinheiros, tão cuidadosamente conservados na vertente Norte, nem sequer suspeitavam que, dessa maneira, estavam arrancando, em seu território, as raízes da economia das granjas leiteiras; e menos ainda suspeitavam que assim estavam eliminando a água das vertentes da montanha, durante a maior parte do ano e que, na época de chuvas seriam derramadas furiosas torrentes sobre as planícies. Os propagadores de batata, na Europa, não sabiam que, por meio desses tubérculos, estavam difundindo a escrófula”.¹⁸

Para Engels, tais conseqüências servem para advertir os homens de que eles não podem dominar a natureza do mesmo modo como um conquistador domina um povo estrangeiro, como se eles estivessem situados fora da natureza, como se eles não lhe pertencessem e não estivessem sempre no meio dela.

Engels observa ainda que, dentro de certos limites, os homens aprenderam a calcular os efeitos remotos de seus atos orientados para a produção. No entanto, o estabelecimento de uma melhor regulação do intercâmbio entre o homem e a natureza requer mais do que o simples conhecimento. Para ele, tal regulação só é possível mediante uma completa revolução na forma como os homens produzem e, ao mesmo tempo, em toda a ordem social atualmente dominante.

com a ditadura de critérios mercantis a curto prazo”. BENSÁIDE, Daniel. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 480.

¹⁸ ENGELS, Friedrich. *Dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 223, 224.

Engels assinala também que todos os modos de produção até agora existentes só se preocuparam com o efeito útil, mais imediato, do trabalho. Mas observa que é sob o sistema do capital que essa forma unilateral de o homem se relacionar com a natureza chega ao cúmulo. Segundo ele, para o capitalista privado, até mesmo a utilidade de um artigo produzido ou trocado passa para um segundo plano: “a única mola propulsora consiste no lucro imediato a ser obtido através da venda”.

“Considerando que qualquer industrial ou comerciante apenas se preocupa em vender, com um pouquinho de lucro embora, a mercadoria fabricada ou comprada, está claro que fica satisfeito e não mais se interessa pelo que possa acontecer com a mercadoria e com o seu comprador. O mesmo (sucede) com as conseqüências naturais dessas mesmas atividades. Aos agricultores espanhóis, estabelecidos em Cuba, que queimaram as matas nas encostas das montanhas (tendo conseguido com as cinzas daí resultantes o adubo suficiente para uma só geração, para cafeeiros muito lucrativos), que lhes importava o fato de que, mais tarde, os aguaceiros tropicais provocassem a erosão das terras que, sem defesas vegetais, transformaram-se em rocha nua? Em face da Natureza, como em face da Sociedade, o modo atual de produção só leva em conta o êxito inicial e mais palpável; e, no entanto, muita gente se surpreende ainda pelo fato de que as conseqüências remotas das atividades assim orientadas sejam inteiramente diferentes e, quase sempre, contrárias ao objetivo visado”.¹⁹

Enquanto o intercâmbio entre o homem e a natureza estiver orientado para atendimento das exigências estreitas de capital, ele jamais obedecerá a qualquer planejamento que leve em conta as exigências da natureza e os interesses da humanidade, das gerações presentes e das gerações futuras. Permanecerá sendo um sistema “cego” em relação às conseqüências provocadas por suas práticas, ainda que elas se revelem de forma muito clara. Uma mudança na relação homem/natureza só poderá ocorrer com profunda mudança na forma como os homens se relacionam entre si, enfim, apenas quando os homens já não mais estiverem submetidos à dominação do capital.

¹⁹ Ibidem. p. 226.

O caráter destrutivo do capital em relação à natureza se revela no campo através das várias formas de rapina do solo, na derrubada de florestas, na utilização desmedida dos recursos naturais (renováveis e não-renováveis) etc. Mas essa destruição não ocorre somente no campo. Ela se manifesta também no ambiente urbano, como consequência imediata da industrialização dominada pelo capital.

As grandes cidades produzem “uma insanável ruptura no contexto do metabolismo social, prescrito pelas leis naturais da vida”.²⁰ Elas perturbam “a troca material entre o homem e a terra, isto é, a volta dos elementos do solo consumidos pelo ser humano sob a forma de alimentos e de vestuário, violando assim a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo”.²¹ Produzem, portanto, uma enorme “contradição ecológico-territorial”, ao romper com toda “espontaneidade natural” das sociedades precedentes ao sistema de metabolismo social do capital.²² Nas grandes cidades do capital, os resíduos do consumo humano (os restos de roupas, as secreções humanas etc.), ao invés de servirem para reconstituir as condições duradouras de fertilidade do solo, são quase que totalmente desperdiçados, transformando-se numa contínua fonte de agressão ao meio ambiente e de risco para a saúde dos habitantes da cidade. No capítulo cinco do livro terceiro de *O capital*, na seção em que trata do aproveitamento dos excrementos da produção, Marx faz a seguinte observação acerca dessa questão:

“Excrementos do consumo são os materiais naturalmente eliminados pelos seres humanos, restos de roupas em formas de trapos etc. Os excrementos do consumo são mais importantes na agricultura. Em relação a sua utilização, na economia capitalista ocorre um desperdício colossal; em Londres, por exemplo, ela não sabe fazer com o adubo de 4 ½ milhões de pessoas nada melhor do que usá-lo, com custos enormes, para empestar o Tâmis”.²³

Marx antecipa aqui um problema que viria a se tornar muito mais grave no futuro. Em nossa época, as sociedades dominadas pelo capital não apenas se apropriam de uma

²⁰ MARX, Karl. *O capital*. Livro terceiro, tomo 2, vol. V. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 250.

²¹ Idem. *O capital*, livro I, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 570.

²² QUAINI, Massimo. *Marxismo e Geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. p. 142.

²³ Idem. *O capital*. livro 3, vol. IV. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 76.

enorme quantidade de recursos naturais, em grande medida de forma absolutamente perdulária e destrutiva, como devolvem-na os resíduos desse consumo em enormes quantidades e sob variadas formas de poluição, refugo e lixo, acarretando uma série de graves e perigosos problemas para toda a humanidade.²⁴ No entanto, se o capital destrói as condições naturais que mantêm o intercâmbio entre o homem e a natureza, por outro lado, ele cria “a necessidade de restaurá-lo sistematicamente, como lei reguladora da produção e em forma adequada ao desenvolvimento integral do homem”.²⁵ Necessidade esta que se torna cada vez mais urgente.

Os problemas ambientais provocados pelas práticas produtivas do capital afetam a todos. Mas não do mesmo modo. Eles tendem a atingir principalmente os trabalhadores, sobretudo em dois momentos essenciais de sua existência: no local de trabalho e na habitação.

Os textos de Marx e Engels fornecem uma grande quantidade de observações acerca de inúmeros e graves problemas verificados no ambiente de trabalho das unidades de produção dominadas pelo capital. Cito aqui um trecho onde Marx deixa muito claro onde residem as causas desse problema:

“Como o trabalhador passa a maior parte de sua vida no processo de produção, então as condições do processo de produção são, em grande parte, condições de seu processo ativo de vida, de suas condições de vida, e a economia nessas condições de vida é um método de elevar a taxa de lucro [...]. Essa economia se estende à superlotação de recintos estreitos, insalubres, com trabalhadores, o que na linguagem capitalista quer dizer poupar edificações; acúmulo de maquinaria perigosa nos mesmos locais e omissão de meios de proteção contra o perigo; falta de regras de precaução em processos de produção que, por sua natureza, são insalubres ou, como em minas, implicam perigo etc. Isso sem falar da ausência de qualquer providência para tornar ao trabalhador o processo de produção humano, agradável ou apenas suportável. Isso do ponto de vista

²⁴ A forma degradada de intercâmbio com natureza pode ser demonstrada de vários modos, com inúmeros exemplos muito atuais. Vejamos este, relativo ao Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, Duque de Caxias, o maior da América Latina. Com uma área de 1,3 milhão de metros quadrados, esse aterro ganhou uma montanha de 100 milhões de toneladas de lixo e muitos problemas ambientais. O aterro recebe 8 mil toneladas de lixo por dia, onde a maior parte vem do município de Rio de Janeiro (85%). O aterro em questão não revela apenas um problema ambiental. Ele revela também um problema social de enorme gravidade. Estima-se que 900 pessoas sobrevivam da cata de material reciclável nas cordilheiras de lixo de oito milhões de seres humanos. Miséria e degradação ambiental. O dia, Rio de Janeiro, 5 de outubro de 2003, Geral, p. 3.

²⁵ MARX, Karl. O capital, livro 1, vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. p. 570.

capitalista, seria um desperdício totalmente sem sentido e sem finalidade”.²⁶

Não menos abundante é o número de referências que ambos os autores fazem à questão da habitação. Em *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*, Engels denuncia as péssimas condições de habitação dos trabalhadores, mostrando como as contradições “sociedade-força de trabalho” e a contradição “ecológico-territorial” estão intimamente vinculadas.²⁷ Permitam-me transcrever um trecho um tanto longo do referido texto de Engels acerca dessa questão:

“A própria concentração das populações nas grandes cidades já exerce uma influência muito desfavorável; a atmosfera de Londres não poderá ser tão pura, tão rica em oxigênio como a de uma região rural; dois milhões e meio de pulmões e duzentas e trinta mil casas amontoadas numa superfície de três ou quatro milhas quadradas consomem uma quantidade considerável de oxigênio que só muito dificilmente se renova porque a maneira como as cidades estão construídas torna difícil o arejamento. O gás carbônico produzido pela respiração e pela combustão permanece nas ruas devido à sua densidade e porque a principal corrente de ventos passa acima de todas as casas. Os pulmões dos habitantes não recebem a sua ração de oxigênio completa e as conseqüências são um entorpecimento físico e intelectual e uma diminuição da energia vital. É por isso que, na verdade, os habitantes das grandes cidades estão menos expostos às doenças agudas, principalmente do tipo inflamatório, do que os rurais que vivem numa atmosfera livre e normal; em contrapartida sofrem muito mais de doenças crônicas. E se a vida nas grandes cidades já de si não é fator de boa saúde, que efeito nocivo não deve ter esta atmosfera anormal nos distritos operários, onde, como vimos, se reúne tudo o que pode envenenar a atmosfera. No campo, pode ser relativamente pouco prejudicial ter um charco estagnado muito perto de casa, porque aí o ar vem de todos os lados; mas no centro de uma grande cidade, entre as ruelas e os pátio que impedem qualquer corrente de ar, é diferente. Toda a matéria animal e vegetal que se decompõe produz gases incontestavelmente prejudiciais à saúde e se estes gases não tem saída livre, envenenam necessariamente a atmosfera. O lixo e os charcos que existem nos bairros operários das grandes cidades representam pois um grave perigo para a saúde pública, precisamente porque produzem esses gases patogênicos; o mesmo acontece com as emanações dos cursos de

²⁶ Idem. *O capital*. livro 3, vol. IV. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 65, 66.

²⁷ QUAINI, Massimo. *Marxismo e geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. p. 131.

água poluídos. Mas não é tudo, ainda há mais. A maneira como a sociedade atual trata os pobres é verdadeiramente revoltante. Atraem-nos para as grandes cidades, onde respiram uma atmosfera muito pior do que na terra natal. Designam-lhes bairros cuja construção torna o arejamento muito mais difícil que em qualquer outro lado. Retira-lhes todos os meios de permanecer limpos, privam-nos de água, só lhes instalando água corrente contra pagamento e poluindo de tal modo os cursos de água que ninguém se pode lavar neles; constroem-nos a deitar para a rua todos os detritos e gorduras, todas as águas sujas e até, muitas vezes, todas as imundícies e excrementos nauseabundos, privando-os de qualquer outro modo de se desembaraçarem deles; e deste modo constroem-nos empestar os próprios bairros. Mas ainda não é tudo. Acumulam sobre eles todos os males possíveis e imaginários. Se em geral a população das cidades já é demasiado densa, é a eles sobretudo que forçam a concentrarem-se num pequeno espaço. Não contentes por terem empestado a atmosfera da rua, fecham-nos às dezenas numa sala, de tal modo que o ar que respiram de noite é asfíxiante. Dão-lhes alojamento úmidos, caves cujo solo ressuma ou mansardas cujo teto deixa passar água. Constroem-lhes casas donde o ar viciado não se pode escapar. Dão-lhes roupas esfarrapadas ou em vias de o ficarem, alimentos adulterados ou indigestos. Expõem-nos às mais vivas emoções, às mais violentas alternativas de medo e de esperança; perseguem-nos como caça, nunca os deixando descansar, tal como não os deixam gozar uma existência tranqüila. Privam-nos de todo o prazer, exceto o prazer sexual e a bebida, mas em contrapartida fazem-nos trabalhar todos os dias até ao esgotamento total das suas forças físicas e morais, empurrando-os por isso para os piores excessos nos dois únicos prazeres que lhes restam. E se isso não bastar, se resistirem a tudo isto, são vítimas duma crise que os transforma em desempregados e que lhes retira o pouco que até então lhes tinham deixado. Nessas condições, como seria possível que a classe operária gozasse de boa saúde e vivesse muito tempo? Que outra coisa poderemos esperar para além de uma enorme mortalidade, epidemias permanentes e um enfraquecimento progressivo e inelutável da população trabalhadora?”²⁸

As péssimas condições da habitação dos trabalhadores manifestam as enormes contradições do capital.²⁹ Marx e Engels denunciaram em diversas passagens de suas obras

²⁸ ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Porto: Afrontamento, 1975. p. 137, 138.

²⁹ O problema referente à habitação dos trabalhadores não só não melhorou ao longo do tempo, como se torna cada dia mais grave. Um estudo produzido no Centro para os Assentamentos Humanos da ONU (Hábitat) revelam que a população que habita bairros periféricos e pobres ao redor do mundo duplicou em sete anos e estará quadruplicada nos próximos 30 anos, quando alcançará a estratosférica marca de 2 bilhões de pessoas vivendo em situação de extrema miséria. Atualmente, segundo esse estudo, 923,9 milhões de pessoas vivem em precárias condições habitacionais, a maior parte concentrada nos países que ocupam a periferia do sistema do capital. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 de outubro de 2003, País, p. 3.

as miseráveis condições de moradia dos trabalhadores. A primeira reflexão engajada de Marx sobre o tema encontra-se nos *Manuscritos de 1844*:

“Mesmo a necessidade de ar livre deixa de ser no operário um carecimento; o homem retorna à caverna, envenenada agora pela pestilência metífrica da civilização, e ele a habita apenas *precarialmente*, como um poder estranho, que pode escapar dele a cada dia, e da qual pode a cada dia ser expulso, se não pagar. Tem que pagar por esta casa dos mortos. A morada da *luz* que Prometeu designa, em Ésquilo, como um dos maiores presentes que lhe permitiu converter o selvagem em homem, deixa de existir para o operário. A luz, o ar etc., a mais simples limpeza *animal*, deixa de ser necessidade para o homem. O *lixo*, esta corrupção e podridão do homem, a *cloaca* (em sentido literal) da civilização, torna-se para ele um *elemento de vida*. Nenhum de seus sentidos existe mais, nem em seu modo humano, nem de modo *desumano* e nem sequer de modo animal [...]. Havíamos dito antes que o homem retorna à caverna etc., mas de uma forma alienada, hostil. O selvagem em sua caverna – este elemento natural que se oferece espontaneamente para seu gozo e proteção – não se sente estranho, ou, melhor dito, se sente tão a vontade como um *peixe* na água. Mas o quarto de porão do pobre e uma habitação hostil, que ‘retém uma potência estranha, que só se entrega a ele quando ele entregar a ela seu suor e seu sangue’, habitação que ele não pode considerar como lar – onde, finalmente, pudesse dizer: aqui estou em casa –, onde ele se encontra muito mais em uma casa *estranha*, na casa de *outro* que o espreita diariamente e que o expulsa se não pagar o aluguel. Iguamente, do ponto de vista da qualidade, vê sua casa como o oposto à habitação humana situada no *além*, no céu da riqueza”.³⁰

O problema da habitação é tratado nesse texto como um exemplo da teoria da alienação e do estranhamento. Marx voltará a dedicar a sua atenção a essa questão no primeiro livro de *O capital*. Engels dedica várias páginas de *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra* ao estudo desse problema. Um outro texto muito interessante de Engels é *A questão do alojamento*. Um das formulações mais importantes desse texto consiste no modo como Engels pensa ser possível resolver o problema da habitação dos trabalhadores.

³⁰ MARX, Karl. *Manuscrito econômico-filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores). p. 17, 22.

“É evidente que a solução burguesa do problema da habitação ruiu completamente ao chocar-se com a oposição entre a cidade e o campo. E eis que chegamos à essência da questão; só poderá resolver-se se a sociedade for profundamente transformada, para que possa empreender-se a supressão desta oposição, que atingiu o extremo na sociedade capitalista atual. Longe de poder suprimir esta oposição, a sociedade capitalista torna-a cada dia mais aguda. [...] não é a solução do problema da habitação que resolve ao mesmo tempo a questão social mas sim a abolição do modo de produção capitalista é que tornará possível solucionar o problema da habitação. Querer resolver esta última mantendo as grandes cidades modernas é absurdo. As grandes cidades somente serão suprimidas com a abolição do modo de produção capitalista”.³¹

Engels prevê, a partir das condições existentes, a superação da oposição entre a cidade e o campo. Essa idéia que Engels teve em sua juventude o acompanhou ao longo de toda a sua trajetória de pensador revolucionário. Para ele, tal supressão “não é uma utopia”, mesmo que as grandes cidades sejam um legado histórico do qual será preciso muito tempo para eliminar. A superação do sistema do capital não se limita à negação da propriedade privada burguesa. Este é apenas um momento de um “longo e penoso processo de desenvolvimento”. A nova forma social defendida por Marx e Engels deve pôr fim a toda a divisão social do trabalho e, portanto, deve também por fim a primeira grande divisão do trabalho: a separação da cidade e do campo. Ou seja: deve suprimir a separação que faz da cidade o lugar onde se realiza o trabalho enriquecido, desenvolvido pelo intelecto, compreendendo as funções de administração e comando, e o campo como lugar onde se realiza apenas o trabalho material desprovido de inteligência.³²

³¹ ENGELS, Friedrich. *A questão da habitação*. Belo Horizonte: Aldeia Global, s.d. p. 31.

³² “A maior divisão do trabalho material e intelectual é a separação entre a cidade e o campo. [...] A cidade constitui o espaço da concentração, da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo evidencia o oposto, o isolamento e a dispersão. A oposição entre a cidade e o campo só pode existir no âmbito da propriedade privada. Ela é a expressão mais flagrante da subordinação do indivíduos à divisão do trabalho, a uma determinada atividade que lhe é imposta. Esta subordinação faz de um indivíduo um animal das cidades e do outro um animal dos campos, tanto um quanto o outro limitados, e faz renascer a cada dia a oposição de interesse entre as duas partes. Aqui também o trabalho é o dado capital, o poder sobre os indivíduos e, enquanto esse poder existir, haverá também uma propriedade privada. A abolição dessa oposição entre a cidade e o campo é uma das primeiras condições da comunidade, e essa condição depende por sua vez de um conjunto de condições materiais prévias que a simples vontade não é suficiente para concretizar”. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 55, 56.

Um outro aspecto muito relevante das considerações de Engels acerca das grandes cidades do capital refere-se à questão da “multidão solitária”. Nas cidades do capital, apesar de amontoados, apesar da enorme centralização de seres humanos num único sítio, os indivíduos encontram-se atomizados, alienados e estranhados em relação ao outro. Em *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*, Engels expõe esse aspecto da condição humana verificada nos marcos da sociabilidade do capital. O capítulo intitulado *As grandes cidades* começa com uma declaração entusiasta acerca da riqueza social da cidade de Londres, mas logo trata de mostrar que todos os “milagres da civilização” foram feitos à custa do sacrifício da “melhor parte de sua qualidade de homens”. Numa sociedade marcada por uma terrível “guerra social”, o relacionamento entre os homens não poderia se manifestar de forma mais degradada. Engels descreve esse repugnante aspecto da cidade de Londres, mas que é válido para todas as grandes cidades do capital, daquela época e também dos dias de hoje:

“Até a própria multidão das ruas tem, por si só, qualquer coisa de repugnante, que revolta a natureza humana. Estas centenas de milhares de pessoas, de todos os estados e de todas as classes, que se apressam e se empurram, não serão todos seres humanos possuindo as mesmas qualidades e capacidades e os mesmos interesses na procura da felicidade? E não deverão, enfim, procurar a felicidade com os mesmos métodos e processos? E, contudo, estas pessoas cruzam-se a correr, como se nada tivessem em comum, nada a realizar juntas, e a única convenção que existe entre elas é o acordo tácito pelo qual cada um ocupa a sua direita no passeio, a fim de que as duas correntes da multidão que se cruzam não se constituam mutuamente obstáculo; e, contudo, não vem ao espírito de ninguém a idéia de conceder a outrem um olhar sequer. Esta indiferença brutal, este isolamento insensível de cada indivíduos no seio dos seus interesses particulares, são tanto mais repugnantes e chocantes, quanto é maior o número destes indivíduos confinados neste reduzido espaço. E mesmo quando sabemos que este isolamento do indivíduo, este egoísmo mesquinho, é em toda parte o princípio fundamental da sociedade atual, em parte alguma ele se manifesta com uma impudência, uma segurança tão completa como aqui, precisamente, na confusão da grande cidade, A desagregação da humanidade em células, das quais cada uma tem um princípio de vida próprio e um objetivo particular, esta atomização do mundo, é aqui levada ao extremo. Disto resulta também que a guerra social, a guerra de todos contra todos, é aqui abertamente declarada”.³³

³³ ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Porto: Afrontamento, 1975. p. 56, 57.

Nessa “guerra social”, são os trabalhadores os que sofrem as mais duras conseqüências:

“Lançado neste turbilhão caótico, tem que se debater como puder. Se tem a felicidade de encontrar trabalho, quer dizer, se a burguesia lhe faz o favor de se enriquecer à sua custa, espera-o um salário que mal chega para o manter nesta terra; se não encontrar trabalho, pode roubar, se não temer a polícia, ou ainda morrer de fome, caso em que a polícia velará para que morra de forma tranqüila e inofensiva”.³⁴

As grandes cidades são o palco onde manifestam todas as contradições que o sistema do capital introduz nas relações sociais e nos processos de troca com a natureza. É o lugar onde a “guerra social” é realizada de forma declarada e é também o local onde o intercâmbio entre as sociedades humanas e a natureza encontra-se permanentemente perturbado. As grandes cidades do capital revelam todo o esplendor da “civilização”. Mas é também exatamente aí o local onde a miséria social e a degradação do meio ambiente se revela da forma mais clara. Desde a sua época, Marx e Engels já havia percebido os problemas humanos e ecológicos provocados pelas cidades do capital.

Marx observa que o enriquecimento é o único fim do sistema do capital. Trata-se de um objetivo para o qual não há qualquer limite³⁵

Mas de que forma o capital poderia alcançar esse objetivo?

De um único modo: através da exploração da força de trabalho e da exploração da natureza, isto é, através da exploração das duas fontes originais de toda riqueza material. Ao mesmo tempo que explora a força de trabalho, o capital realiza uma exploração não

³⁴ Ibidem. p. 57.

³⁵ “O enriquecimento torna-se assim um fim em si. A atividade do capital é apenas o enriquecimento, ou seja, sua ampliação e seu crescimento[...]. Como riqueza, forma geral da riqueza, valor em si, ele tem pois constantemente a tendência de ultrapassar seus limites quantitativos: processo ilimitado. Tal é exclusivamente a sua força vital. Ele só se conserva distinguindo-se do valor de uso propriamente dito, e se multiplicando

menos sistemática sobre as condições objetivas de toda produção material, ou seja, a natureza.³⁶

Nos *Grundrisse*, Marx faz observações acerca das conseqüências revolucionárias do processo de criação de mais-valia absoluta pelo capital:³⁷

“A criação de mais-valia absoluta pelo capital – de mais-trabalho materializado – tem como condição que a esfera da circulação se amplie constantemente. A mais-valia criada num ponto exige a criação de mais-valia num outro, com a qual possa entrar em intercâmbio [...]. Uma das condições da produção fundada sobre o capital é pois a *produção de uma esfera continuamente ampliado* da circulação, seja diretamente, seja pela criação de mais pontos de troca [...]. A tendência para criar o *mercado mundial* existe pois imediatamente na noção de capital. Todo limite lhe aparece como um obstáculo a superar. Ele começará por submeter cada elemento da produção à troca e por abolir a produção de valores de uso imediato que não entram na troca: substitui pois a produção capitalista aos modos de produção anteriores que, sob seu ponto-de-vista, tem um caráter natural. O *comércio* deixa de ser uma função permitindo à troca do excedente entre os produtores autônomos: torna-se uma pressuposição e um elemento fundamental abarcando toda a produção”.³⁸

O primado do valor de troca, em sua unidade contraditória com o valor de uso, permite um distanciamento, um “desenraizamento”, em relação à natureza e às suas exigências. A produção subordinada ao comércio tem graves implicações na relação homem/natureza. Toda a apropriação da natureza (agricultura, matérias-primas, energia, meio ambiente etc.) se emancipa de suas condições e regulações naturais para cair sob a lei

constantemente” MARX, Karl. *Fondements de la critique de l'économie politique*. Paris: Éditions Anthropos, s.d. p. 218.

³⁶ “Sendo o método mais importante de elevação da taxa de mais-valia, o aumento incessante da produtividade do trabalho implica e se vincula, por outro lado, à utilização ilimitada de todas as matérias e condições que a Natureza e a terra põem a sua disposição. Nesse sentido e em função de sua natureza e de sua forma de existência, o capital não admite nenhuma limitação”. LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*, vol. II. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 23.

³⁷ Mais- valia absoluta é aquela que é produzida pelo prolongamento dia de trabalho. Mais-valia relativa é aquela que decorre da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho, ou seja, o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente.

³⁸ *Ibidem*. 365.

implacável da produção mercantil. Contudo, se a produção de valor excedente absoluto tem conseqüências revolucionárias em relação às antigas formas de produção, a produção de valor excedente relativo produz efeitos ainda mais radicais.

“Por outro lado, a produção de mais-valia relativa, fundada sobre o aumento das forças produtivas, exige a criação de um consumo novo; no seio da circulação, a esfera do consumo deverá pois aumentar tanto quanto a esfera produtiva. Em conseqüência: 1° amplia-se quantitativamente o consumo existente; 2° criam-se novas necessidades pela propagação das necessidades em uma esfera mais ampla; 3° criam-se novas necessidades, descobrem-se e produzem-se novos valores de uso”.³⁹

A lógica do capital anuncia, portanto, o surgimento da “sociedade de consumo”. A produção dominada pelo capital tem conseqüências bastante drásticas em relação ao intercâmbio do homem com a natureza.

“É preciso pois explorar toda a natureza para descobrir objetos de propriedades e de usos novos para trocar, em escala universal, os produtos de todas as latitudes e de todos os países, e submeter os frutos da natureza a tratamentos (artificiais) a fim de lhes dar valores de uso novos. Explorar-se-á a terra em todos os sentidos, tanto para descobrir novos objetos úteis como para dar valores de uso novos aos antigos objetos; serão utilizados de algum modo como matéria prima, desenvolver-se-á pois ao máximo as ciências da natureza. Esforçar-se-á, por outro lado, para descobrir, criar e satisfazer as necessidades que derivam da própria sociedade”.⁴⁰

O capital surge assim como um “*sistema de exploração geral das propriedades da natureza e do homem*”. Esse sistema repousa sobre o “*princípio de utilidade geral*”. O capital utiliza em seu proveito tanto a ciência quanto todas as qualidades físicas e

³⁹ Ibidem. p. 365.

⁴⁰ Ibidem. p. 365, 366.

espirituais. Assim, para ele, nada de grande nem de nobre subsiste como um valor em si fora do círculo da produção e das trocas sociais. É apenas o capital que “cria a sociedade burguesa e a *apropriação universal da natureza* e estabelece uma rede englobando todos os membros da sociedade”. Eis o que Marx concebe como sendo a “grande missão civilizadora do capital”.

O capital produz um nível de desenvolvimento social em relação ao qual todas as sociedades anteriores aparecem como desenvolvimentos puramente locais da humanidade e como idolatria da natureza. Com o capital, “a natureza se transforma num puro objeto para o homem”, ela se transforma em uma “coisa útil”. “A natureza deixa de ser reconhecida como uma potência”. O capital faz com que toda a inteligência das leis naturais adquira todos os aspectos da astúcia que procura submeter a natureza às necessidades humanas, seja como objeto de consumo, seja como meio de produção.

O capital se desenvolve irresistivelmente para além de todas “as barreiras e preconceitos nacionais”. Ele põe fim à “divinização da natureza”, aos “costumes ancestrais”, à “satisfação de si, restrita nos estreitos limites e baseada sobre um modo de vida e de reprodução tradicional”. Ele abate tudo isso. O capital opera uma “*revolução permanente*”, “destruindo todos os entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, alargando as necessidades, a diversidade da produção, a *exploração e a troca de todas as forças naturais e espirituais*”.⁴¹

Para o sistema do capital, todo limite lhe aparece como um entrave, que busca superar idealmente, embora não o supere realmente. Como cada limite está em oposição com a falta de medida que caracteriza o próprio capital, sua produção se move por contradições constantemente superadas, mas que logo são recriadas. No entanto, “a universalidade ao qual ele tende incansavelmente encontra limites em sua própria natureza que, em certo nível de sua evolução, revela que ele mesmo consiste no maior entrave a essa tendência, e o impulsiona pois a sua própria abolição”.⁴²

Os verdadeiros limites do capital encontram-se no próprio capital.⁴³ Enquanto esse sistema puder prosseguir extraindo o máximo de trabalho excedente dos produtores, ele

⁴¹ Ibidem. 364 a 367.

⁴² Ibidem. p. 367.

⁴³ “A verdadeira barreira da produção capitalista é o *próprio capital*, isto é: que o capital e sua autovalorização apareçam como ponto de partida e ponto de chegada, como motivo e finalidade da produção; que a produção seja apenas produção para o *capital* e não inversamente, que os meios de produção sejam

será irresistível, não conhecendo qualquer barreira limitadora, sejam elas obstáculos naturais ou fronteira nacionais ou culturais. Ele ultrapassa todos os obstáculos e redefine constantemente os seus próprios limites. A incapacidade que o capital tem de aceitar limites é uma característica essencial de seu modo de funcionamento. Para aceitar algum limite, o capital teria de ser radicalmente diferente do que é. “Se tal limite determinado lhe aparecesse não como uma barreira exterior, mas como uma limitação tolerável e inerente a si próprio, ele se degradaria, passando do valor de troca ao valor de uso, e da forma geral da riqueza a um modo determinado de substância”.⁴⁴

É importante assinalar que a natureza coloca limites às trocas materiais humanas. No entanto, esses limites “externos”, “ambientais”, não constituem limites para o próprio capital. Tais limites são inteiramente ignorados pelo capital.⁴⁵ Daí que a destruição da natureza não se apresenta como uma “segunda contradição do capital”. Ela pode representar um grave problema para a humanidade e manifestar uma verdadeira crise de civilização. Todavia, por mais problemático que seja, a destruição da natureza não instaura uma crise para o sistema do capital. A destruição do meio ambiente e de sua biosfera não coloca em risco as condições de funcionamento e dominação do sistema do capital.⁴⁶ Pelo

meros meios para uma estruturação cada vez mais ampla do processo vital para a *sociedade* dos produtores. As barreiras entre as quais unicamente podem mover-se a manutenção e a valorização do valor-capital, que repousam sobre a expropriação e pauperização de grande massa de produtores, essas barreiras entram portanto constantemente em contradição com os métodos de produção que o capital precisa empregar para seu objetivo e que se dirigem a um aumento ilimitado da produção, à produção como uma finalidade em si mesma, a um desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais de trabalho. O meio – desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais de trabalho – entra em contínuo conflito com o objetivo limitado, a valorização do capital existente. Se, por conseguinte, o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva material e para criar o mercado mundial que lhe corresponde, ele é simultaneamente a contradição constante entre essa sua tarefa histórica e as relações sociais de produção que lhe correspondem”. Idem. *O capital*. livro 3, vol. IV. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 180.

⁴⁴ Ibidem. p. 283, 284.

⁴⁵ Segundo Marx, “o capital tem a tendência infinita e ilimitada de ultrapassar seus próprios limites. Para ele, cada limite é, e deve ser, uma barreira, senão ele deixaria de ser capital, ou seja, dinheiro que se cria a si próprio. Se tal limite determinado lhe aparecesse não como uma barreira exterior, mas como uma limitação tolerável e inerente a ele mesmo, degradar-se-ia, passando do valor de troca ao valor de uso, e da forma geral da riqueza a um modo determinado de substância”. MARX, Karl. *Fondements de la critique de l'économie politique*, vol I. Paris: Éditions Anthropos, s. d. p. 283, 284.

⁴⁶ “No que concerne às condições “externas”, “ambientais” de seu funcionamento, o capital, bem como os Estados que embasam sua dominação e as classes sociais que a ele estão ligadas, têm os meios tanto para suportar as conseqüências dessa destruição de classes, comunidades e Estados mais fracos, quanto para transformar a ‘gestão de recursos que se tornaram raros’ e a ‘reparação das degradações’ em campos de acumulação (em ‘mercados’) subordinados ou subsidiários”. CHESNAIS, François & SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. *Crítica Marxista*, São Paulo, n.º 16, p. 39-75, março de 2003, p. 62. No entanto, se tal destruição da natureza tornar impossível a sobrevivência da espécie humana, o sistema de metabolismo social do capital também não poderá sobreviver.

contrário, ainda que esteja em franca oposição com os interesses da maioria dos seres humanos, essa destruição pode ser fonte de lucros adicionais para o capital, por mais repugnante que isso possa parecer.⁴⁷

É preciso assinalar ainda que os problemas que acompanham o crescimento da população não podem ser ignorados nem pelo sistema vigente nem por qualquer sistema alternativo. Os limitados recursos naturais da Terra não comportam um aumento ilimitado da quantidade dos seres humanos nem da produção. No entanto, não é verdade que a destruição do meio ambiente verificada nos dias atuais seja uma consequência direta do crescimento da população mundial. É preciso lembrar que somente a população do Estados Unidos – que corresponde a menos de 5 por cento da população mundial – consome cerca de 25 por cento do total de recursos energéticos disponíveis. Esse dado revela que a economia americana contribui para a crise do meio ambiente de forma muito mais importante do que a população dos Estados Unidos deixaria supor.⁴⁸ Essa disparidade mostra que a “ecologia global do capital” só pode ser sustentável às custas da miséria da maior parte da humanidade.⁴⁹ O desperdício de alguns pressupões pesadas restrições para a

Por mais reificado que seja, esse sistema não pode prescindir dos seres humanos. Nesse caso, as referidas condições “externas” e “ambientais” constituiriam um *limite* para o capital.

⁴⁷ “Na maioria dos países industrializados acredita-se poder viver bem com o desconforto crescente do aquecimento global. No entanto, o funil ecológico também favorece a sociedade 20 por 80 que desponta. Por se tornarem raros e caros os bens naturais, poucos poderão comprá-los. Quem puder dispor deles lucrará adicionalmente. Em Lech-am-Arlberg, estação de esqui e mundanismo, pode haver uma explosão de contentamento se os pesquisadores do clima declararem o ‘fim do turismo de inverno’ na Áustria. A 1.450 metros de altitude, o lugarejo poderá ficar rico se nas regiões mais baixas a neve deixar de aparecer. Esquiar nos Alpes poderá tornar-se esporte tão exclusivo como jogar golfe na Grã-Bretanha. Os hoteleiro de Lech estão cheios de dívidas, pois especularam e fizeram investimentos exagerados. No entanto, os 1.380 habitantes locais foram previdentes: demarcaram seus setores e bloquearam a entrada de estranhos. Seus filhos e netos esperam pela bonança. Se em 2060, nem com artificios dispendiosos, as pistas de Krigerhorn e Mohnenfluh puderem ficar cobertas de neve, todos eles poderão ficar ricos, viver dos rendimentos de seu capital ou mudar de ramo. Esse exemplo, que soa repulsivo, talvez explique algo: as frentes políticas de combate ao efeito estufa formam-se muito lentamente, pois milhares e milhares de pessoas julgam poder lucrar com tal mudança de clima”. Hans-Peter Martin, Harald Schumann. *A armadilha da globalização*. São Paulo: Globo, 1998. p. 52,53.

⁴⁸ “Não é preciso grande imaginação para se ter uma idéia do que aconteceria se os outros 95 por cento adotassem o mesmo padrão de consumo e tentassem retirar dezenove vezes 25 por cento dos restantes 75 por cento”. MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 40.

⁴⁹ “Se todas as pessoas da Terra possuíssem o mesmo número de geladeiras e automóveis que as América do Norte e da Europa Ocidental, o planeta ficaria inabitável. Hoje, a ecologia global do capital, o privilégio de

maioria. Todavia, o crescimento da população do planeta continua sendo um problema bastante real. Nenhuma forma social pode se desinteressar pelo problema da reprodução da espécie humana.

Mas de que forma Marx trata o problema do crescimento da população?

O cerne da posição de Marx acerca dessa questão consiste na sua compreensão de que as leis de população variam conforme o tipo de organização social. Portanto, são leis válidas apenas dentro de limites históricos precisos, onde cada modo de produção possui as suas próprias leis de população, pois “uma lei abstrata da população só existe para plantas e animais, e apenas na medida em que esteja excluída a ação humana”.⁵⁰ Para Marx, “os limites da população dependem da elasticidade da forma de produção determinada; elas variam, se contraem ou se dilatam, segundo essas condições”.⁵¹

A lei de população peculiar do capitalismo consiste em que esse sistema desenvolve-se produzindo uma população trabalhadora excedente em relação às suas necessidades. A superpopulação relativa de trabalhadores constitui uma alavanca para o seu desenvolvimento em escala sempre ampliada e condição de sua própria existência.⁵² Essa superpopulação trabalhadora constitui a força de trabalho disponível colocada a serviço das necessidades variáveis da expansão do capital. Por um lado, o sistema do capital enseja um contínuo aumento da população. Por outro, com o desenvolvimento das forças produtivas, o capital tem cada vez menos necessidade de trabalho vivo em relação aos meios de produção empregados.⁵³ É importante assinalar que a criação dessa população excedente às necessidades decrescentes do capital em relação à força de trabalho gera miséria – que, sob o capital, também produz um aumento ainda mais rápido da população.⁵⁴ Este é um

uns poucos, requer a miséria de muitos, para ser sustentável”. ANDERSON, Perry. Considerações sobre o marxismo ocidental. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976. p. 101.

⁵⁰ MARX, Karl. *O capital*, livro I, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 733.

⁵¹ Idem. *Fondements de la critique de l'économie politique*, vol II. Paris; Éditions Anthropos, s.d. p. 107.

⁵² Idem. *O capital*, livro I, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 735.

⁵³ Idem. *O capital*. livro 3, vol. IV. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 179.

⁵⁴ “A própria acumulação, e a concentração de capital que ela implica, é, porém, em si mesma, um meio material de elevação da força produtiva. Nesse crescimento dos meios de produção está, porém, implícito o crescimento da população trabalhadora, a criação de uma população correspondente ao capital excedente e que em linhas gerais sempre sobrepasse suas necessidades, portanto uma superpopulação de trabalhadores. Um excedente momentâneo de capital excedente em relação à população trabalhadora por ele comandada teria duplo efeito. Por um lado, por meio da elevação de salário, atenuando por conseguinte as influências dizimadoras, aniquiladoras da descendência dos trabalhadores e facilitando os casamentos, ele iria aumentar paulatinamente a população trabalhadora; por outro lado, porém, por meio da aplicação dos métodos que geram a mais-valia relativa (introdução e aperfeiçoamento na maquinaria), ele geraria ainda muito mais

fenômeno peculiar ao sistema do capital.⁵⁵ No sistema do capital, o desenvolvimento dos meios de produção, ao invés de produzir um aumento do tempo disponível para a sociedade, gera desemprego e miséria para os trabalhadores, além de reforçar o despotismo do capital sobre o trabalho.

É verdade que Marx reconheceu os limites sociais transitórios do sistema do capital, mas resistiu a admitir os limites que a natureza impõe ao crescimento da população.⁵⁶ Todavia, observou que o problema do aumento da população obedece a leis que variam conforme as formas sociais. Essa observação, entretanto, mostra de forma clara que a solução dos problemas do crescimento populacional verificado ao longo da história do sistema do capital não pode ser encontrados dentro dos marcos da sociabilidade instaurada pelo sistema prevalecente. Para resolvê-lo, será preciso instaurar uma outra lógica societal, que deverá engendrar um outro modo de regular a reprodução da espécie humana. O crescimento ilimitado do capital e da população é inerente ao modo de funcionamento desse sistema, e não encontrará “limites para o seu crescimento”, ao contrário do que afirmam as conclusões dos estudos do Clube de Roma.⁵⁷

A espécie humana não poderá se reproduzir indefinidamente. Todavia, o chamado “excesso de população” tem um significado cada vez mais característico nos dias atuais: em grande medida esse “excesso” significa a existência de um número crescente de

rapidamente uma superpopulação relativa, artificial, que, por sua vez – já que na produção capitalista a miséria gera população –, seria de novo a incubadeira de um aumento realmente rápido do tamanho da população. Da natureza do processo capitalista de acumulação – que é apenas um momento do processo de produção capitalista – segue, portanto, por si, que a massa aumentada de meios de produção destinada a ser transformada em capital encontra sempre à mão uma população trabalhadora, correspondentemente elevada e mesmo excedente, explorável”. Idem. *O capital*. livro 3, vol. IV. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 159.

⁵⁵ “Na realidade, a quantidade de nascimentos e óbitos e o tamanho absoluto das famílias está na razão inversa do nível de salário e, portanto, da quantidade de meios de subsistência de que dispõem as diversas categorias de trabalhadores. Esta lei da sociedade capitalista não se encontra entre selvagens, nem entre colonos civilizados. Lembra a reprodução em massa de espécies animais cujos indivíduos são débeis e constantemente perseguidos”. Idem. *O capital*, livro I, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 746.

⁵⁶ BENSÁID, Daniel. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 451

⁵⁷ “Qualquer alternativa metabólica viável à ordem estabelecida exige a harmonização das necessidades humanas com recursos materiais e humanos conscientemente geridos. Isto implica a adoção de medidas adequadas também no plano do crescimento da população, possibilitadas por transformações radicais da estrutura geral e das microestruturas da reprodução sociometabólica. Sem essas mudanças estruturais fundamentais, qualquer conversa sobre chegar-se ao “equilíbrio global em que população e capital serão essencialmente estáveis” será apenas um sonho”. MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo; Campinas – SP: Editora UNICAMP, 2002. p. 318.

trabalhadores supérfluos em relação às necessidades do capital de trabalho vivo.⁵⁸ A necessidade decrescente do capital de força humana de trabalho produz o chamado “desemprego estrutural”. Mas o termo estrutural tem aqui um limite bem preciso. Ele refere-se à estrutura do sistema do capital, e não ao processo produtivo em si.

Marx percebeu o conflito dos interesses do capital com as exigências e “barreiras” colocadas pela própria natureza. No entanto, ele jamais cogitou que a superação desse conflito pudesse ser realizado pelo retorno a qualquer forma social anterior ao capitalismo. Pelo contrário: ele foi um vigoroso crítico de tais perspectivas. Vejamos como Marx combate em *A Ideologia alemã* a “ingênua mistificação filosófica” dos “verdadeiros socialistas”:

“O socialista verdadeiro parte da idéia de que o divórcio entre a vida e a felicidade deveria terminar. Com vista a encontrar uma demonstração deste axioma, ele chama a natureza em seu auxílio e supõe implicitamente que nela esse divórcio não existiria; daí conclui que, dado que o homem também é um corpo natural e possui as propriedades universais de um corpo, este divórcio não deverá existir para ele. Hobbes podia mais legitimamente demonstrar, usando o exemplo da natureza, o seu *bellum omnium contra omnes*, e Hegel, cujas construções servem de base ao nosso socialista verdadeiro, aperceber na natureza o divórcio, o período desregulado da idéia absoluta e chamar até, ao animal, a angústia concreta sentida por Deus. Depois de ter dado assim uma imagem mistificada da natureza, o nosso socialista verdadeiro dá da consciência humana uma imagem mistificada, transformando-a em “espelho” dessa natureza assim mistificada. Evidentemente, logo que a manifestação da consciência se transforma numa opinião emprestada à natureza, um voto piedoso sobre o que deveria ser a situação do homem, é lógico que a consciência não passa do espelho no qual a natureza se contempla a si mesma”.⁵⁹

⁵⁸ Ricardo Antunes lembra que os dados recentes da OIT para o ano de 1999 mostram que a sociabilidade do capital desemprega ou precariza mais de 1 bilhão de pessoas. Algo em torno de um terço da força humana mundial que trabalha. ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2003

⁵⁹MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas*. Lisboa: Presença, s.d. p. 351,352.

Um outro exemplo do modo como Marx se contrapõe a tais concepções encontra-se na crítica de Marx ao pensamento de Daumer. Marx comenta na *Nova Gazeta Renana* o livro de Daumer, *Die Religion des neuen Westalters* [*A religião da nova era*] (1850), típico de um medievalismo nostálgico. Com a agudeza de sua análise, como assinalou Alfred Schmidt, Marx evidenciou todo “o caráter ideológico de um *pathos* despertado pela natureza, tal como o que até nossos dias defende o contrário daquilo que fala”.⁶⁰ “A natureza e a mulher – escreve Daumer – são verdadeira divindade em contraste a humanidade e o macho”. Para ele, a submissão do humano ao natural, do masculino ao feminino é “a autêntica, a única humildade e auto-alienação verdadeira, a mais elevada e, na verdade, a única virtude e devoção que existe”. A réplica de Marx é cortante:

“O senhor Daumer se refugia, em face da tragédia histórica que o cerca ameaçadoramente na suposta natureza, ou seja, nos estúpidos idílios bucólicos [...]. Ele tenta reconstruir sob forma modernizada a antiga religião pré-cristã da natureza [...]. O culto da natureza se limita aqui, como se vê, aos passeios dominicais do provinciano, que exprime seu infantil assombro pelo fato de que o cuco põe seus ovos nos ninhos dos outros, de que as lágrimas têm a virtude de conservar úmida a superfície do olho. De que a moderna ciência da natureza, e junto com outras criancices tenha colocado fim ao comportamento infantil do homem em relação à natureza, não diz naturalmente uma palavra [...]. Não nos resta senão desejar que a atrasada economia da Baviera, o solo no qual crescem igualmente os padres e os Daumer, seja finalmente trabalhado pela moderna agricultura e as máquinas modernas”.⁶¹

Nessa crítica, Marx aponta os dois aspectos complementares que se manifestam nessa concepção ideológica acerca da relação do homem com a natureza. Por um lado – e esse é certamente o mais importante para Marx no ano de 1850, em virtude da atrasada condição da Alemanha nessa época – a divinização da imediatez natural está a serviço de

⁶⁰ SCHMIDT, Alfred. *El concepto de naturaleza en Marx*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1976. p. 153.

uma hostilidade reacionária contra a técnica por parte daqueles que queriam conservar as formas pré-capitalistas de produção. Por outro – esse aspecto da ideologia da natureza tem se mostrado bastante efetivo –, nos lugares onde se impôs a produção dominada pelo capital, elogia-se a natureza como um refúgio contra o saque cada vez mais desconsiderado contra ela.⁶²

O modo como Marx propõe resolver os problemas verificados na relação homem/natureza, não passa de forma alguma pela reivindicação de qualquer espécie de utopia ou romantismo, mas sim por meio de uma solução “prático-crítica” radical. A solução do antagonismo entre o homem e a natureza passa pela superação do próprio sistema do capital como modo de controle sociometabólico. Um outro trecho que demonstra a crítica de Marx contra tais perspectivas encontra-se em *A Ideologia Alemã*. Criticando a retórica idealista e abstrata com a qual Feuerbach determinava a relação entre o homem e a natureza, Marx escreveu:

“Feuerbach [...] sempre se refugia na natureza exterior, na natureza ainda não dominada pelos homens. Mas, com cada nova invenção, com cada progresso da indústria, uma nova parte é arrancada deste terreno e o solo sobre o qual crescem os exemplos de tais proposições feuerbachianas se reduz cada vez mais. A “essência” do peixe é a sua “existência”, a água – para retomar apenas uma das proposições de Feuerbach. A “existência” do peixe de água corrente é a água do rio. Contudo, essa água deixa de ser sua “essência”, deixa de ser um meio adequado de existência, tão logo o rio sofra a influência da indústria, tão logo seja poluído por corantes e outros dejetos, tão logo seja navegado por navios a vapor, ou tão logo suas águas sejam dirigidas para canais onde simples drenagens podem privar o peixe de seu meio de existência”.⁶³

É desnecessário dizer que Marx rejeitava categoricamente a idéia de que tais formas de desenvolvimento são inerentes à “essência do homem” e que, conseqüentemente, o problema consistiria apenas em saber de que modo teríamos de nos adaptar a esta forma degradada de intercâmbio com a natureza. Já naquela altura, Marx havia compreendido

⁶¹ Ibidem. p. 153, 154

⁶² Ibidem. p. 154.

⁶³ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. apud. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo; Campinas – SP: Editora UNICAMP, 2002. p. 988.

perfeitamente que a transformação radical de todo o sistema de metabolismo social constituía o pré-requisito essencial para a criação de uma forma qualitativamente superior de troca material entre o homem e a natureza.

Para Marx, o desenvolvimento das forças produtivas não constituem um fator unilateral de progresso. O desenvolvimento das forças produtivas só pode revelar todo o seu caráter através de sua imbricação com um determinado modo de produção. Em diversas passagens de sua obra, ele assinalou o fato de que o desenvolvimento das forças produtivas do capital constituem um progresso em potência, que não cessa de negar-se a si mesmo. Nos *Grundrisses*, Marx faz a seguinte observação acerca do caráter ambivalente dos progressos do capital em relação ao trabalhador:

“Todo o *progresso da civilização*, ou seja, todo aumento das forças produtivas sociais ou, se quiser, das forças produtivas do próprio trabalho, não enriquece o trabalhador, mas o capitalista, do mesmo modo como os resultados da ciência, das descobertas, da divisão e da combinação do trabalho, da melhoria dos meios de comunicação, da ação do mercado mundial ou do emprego de máquinas. Tudo isto aumenta unicamente a força produtiva do capital, e na medida em que o capital se encontra em oposição com o trabalhador, tudo isto não faz senão aumentar sua *dominação material sobre o trabalho*”.⁶⁴

Sob a dominação do capital, todo aumento das forças produtivas, ao invés de enriquecer o trabalhador, só serve para reforçar e ampliar o poder que o subjuga e o domina: o capital. A ambivalência desse processo revela-se de forma bastante clara no emprego da maquinaria pelo capital. O emprego das máquinas, ao invés de enriquecer o trabalhador, transforma-se em fonte de martírio e de escravização. Serve apenas para aumentar a exploração do trabalhador pelo capital:

⁶⁴ MARX, Karl. *Fondements de la critique de l'économie politique*, vol I e II. Paris; Éditions Anthropos, s.d. p. 255, 256.

“A maquinaria, como instrumental que é, encurta o tempo de trabalho; facilita o trabalho; é uma vitória do homem sobre as forças naturais; aumenta a riqueza dos que realmente produzem; mas, com sua aplicação capitalista, gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta a intensidade, escraviza o homem por meio das forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores”.⁶⁵

Essa perspectiva de Marx está em perfeita sintonia com a sua recomendação de que “é preciso evitar conceber o progresso sob a forma abstrata corrente”.⁶⁶ O caráter ambivalente das forças produtivas que operam sob a dominação do capital torna o conceito de “avanço produtivo” bastante problemático, sobretudo nos dias atuais, quando a produtividade inteiramente submetida aos imperativos do sistema do capital, converte crescentemente as forças produtivas do capital em forças destrutivas, como se pode notar na enorme quantidade de recursos naturais e humanos utilizados na construção de maquinarias e “produtos de consumo de massa” cronicamente subutilizados, bem como na produção de uma enorme quantidade de armamentos, capazes de destruir a humanidade centenas de vezes. É preciso assinalar que esta destrutividade que acompanha os processos de desenvolvimento das forças produtivas do capital é uma necessidade intrínseca desse sistema, independentemente de todo “custo social” e ecológico, na medida em que são as “válvulas de escape” que permitem o deslocamento de suas contradições, cujo bloqueio implicaria no colapso total de seu modo de funcionamento. Vale dizer que esta forma degradada de produzir, sobretudo as forças produtivas que estão orientadas para a produção destrutiva do “complexo industrial-militar”, é incapaz de fornecer qualquer potencial emancipador para a nova forma histórica, como, pelo contrário, representa um enorme obstáculo para a finalidade e emancipação do trabalho.⁶⁷

As forças produtivas legadas pelo capital servem apenas parcialmente como matéria-prima para a construção de uma nova forma social. Em grande medida, porém, elas

⁶⁵ Idem. *O capital*, livro I, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 503.

⁶⁶ Idem. *Fondements de la critique de l'économie politique*, vol I e II. Paris; Éditions Anthropos, s.d. p. 39.

⁶⁷ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo; Campinas – SP: Editora UNICAMP, 2002. p. 527.

constituem uma pesada herança, que acorrenta o sistema social alternativo às determinações passadas.⁶⁸ Toda tecnologia desenvolvida pelo capital é estruturada visando a consecução dos estreitos e unilaterais objetivos produtivos do sistema em questão, e, em consequência disso, está, em grande medida, irremediavelmente marcada com características inumanas e “antiecologicas” desse sistema.⁶⁹ Por isso, os limites que o capital coloca sobre o desenvolvimento das forças produtivas não podem ser medidos de forma estritamente quantitativa. É preciso assinalar o caráter eminentemente qualitativo que essa questão implica. O desenvolvimento das forças produtivas de que a humanidade precisa está intimamente relacionado com a necessidade de realizar uma conversão substancial do potencial produtivo acumulado historicamente em um meio capaz de realizar a “essência humana”, sem deixar de levar em conta, é claro, as necessidades e os limites impostos pela natureza. Mas isso só é possível mediante uma transformação radical dos fundamentos socioeconômicos hoje dominantes e de grande parte da tecnologia existente. Sem essa transformação, a nova forma histórica não poderá engendrar uma mudança substancial na forma como os homens se relacionam entre si e no modo como estes realizam a troca material com a natureza. O trabalho continuará sendo uma atividade contraposta ao desenvolvimento integral do homem e à construção de uma vida social dotada de sentido humano e ao estabelecimento de um intercâmbio racional e equilibrado com a natureza. É preciso dizer que mesmo que a nova forma social torne possível o aumento do tempo livre dos indivíduos, condição indispensável para a surgimento do indivíduo plenamente

⁶⁸ “Isto constitui uma condição particularmente grave quando a questão em jogo não é apenas como fazer a transição de uma geração à outra, mas como realizar o salto qualitativo do mundo do capital para o “reino da nova forma histórica”. Pois, paradoxalmente, tecnologia – que pode ser considerada “em princípio neutra” em alguns aspectos, isto é, até que tal visão seja “modificada significativamente” pela força de outras considerações fundamentais – na realidade adquire, por meio da inserção social necessária, o peso da *inércia* superposta de um fator *trans-histórico*. É por isso que temos que enfrentar a força paralisante que serve ao complexo industrial militar e acorrenta (ou pelo menos constrange) todos os esforços que visem à sua reestruturação no caso da conquista *política* do poder. Não é necessário dizer, este é um fato negativo de dimensões vastas que multiplica as dificuldades de se divisar uma conquista e a consolidação do poder com sucesso nas circunstâncias presentes”.

Ibidem. p. 528.

⁶⁹ “a tecnologia capitalista não é indiferente aos objetivos para que foi criada. É uma tecnologia para a produção de mais-valia, desenvolvida para subordinar o trabalhador, para dele tirar o máximo de sobretrabalho. E quanto mais aumenta a capacidade de extrair sobretrabalho, maior a capacidade de matéria transformada. O capital tem uma essência antiecologica”. GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *A paixão da terra: ensaios críticos de ecologia e geografia*. Rio de Janeiro: Pesquisadores Associados em Ciências Sociais - SOCII, 1984. p. 37, 38.

desenvolvido, nenhuma forma de sociabilidade qualitativamente distinta da atual pode surgir de um processo de trabalho que é um martírio e um tormento para os produtores.

É bastante interessante notar que Marx já percebia em sua época que a ambivalência do progresso do capital também vinha acompanhado de efeitos negativos na relação homem/natureza:

“Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtêm-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. E todo o progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais se apóia na indústria moderna o desenvolvimento de um país, como é o caso dos Estados Unidos, mais rápido é esse processo de destruição. A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”.⁷⁰

Eis um outro trecho em que Marx revela de forma também muito clara o modo como ele percebia o caráter contraditório do progresso das forças produtivas do capital em relação ao intercâmbio material entre o homem e a natureza:

“a produtividade do trabalho também está ligada a condições naturais, que freqüentemente se tornam menos férteis na mesma proporção em que a produtividade – à medida que ela depende de condições sociais – aumenta. Daí o movimento antitético nessas diferentes esferas, progresso ali, retrocesso acolá”.⁷¹

Esse trecho mostra como Marx percebia a relação contraditória entre a exploração ilimitada do capital e os limites impostos pela própria natureza. Para Marx, a natureza jamais se apresentou como algo que tenha sido ofertado ao homem “de graça”. Pelo

⁷⁰ Idem. *O capital*: livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 570, 571. No terceiro livro de *O capital*, Marx faz a seguinte observação acerca dessa questão: “o sistema capitalista se opõe a uma agricultura racional ou que a agricultura racional é incompatível com o sistema capitalista (embora este fomente seu desenvolvimento técnico)”. Idem. *O capital*. livro 3, vol. IV. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 90.

⁷¹ Idem. *O capital*. livro 3, vol. IV. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 186.

contrário, a natureza sempre foi considerada por ele como uma parte do corpo do homem, o seu corpo inorgânico, e, portanto, como um domínio que jamais poderia deixar de lhe interessar.

Os trechos citados mostram que Marx compreendia a necessidade de que as trocas materiais engendradas pela atividade produtiva respeitem as determinações naturais. Eles comprovam que esse pensador não foi um produtivista, cego em relação às conseqüências humanas e ecológicas dos processos de produção engendrados pelo capital. É verdade que há passagens que parecem alimentar uma tal interpretação. Entretanto, a sua obra, no todo, revela uma preocupação muito atual em relação a essa questão.

Vejamus de que forma Marx pensa superar os problemas da degradação da natureza verificado nos processos de troca material engendrados pelo capital.

4.2. A superação do antagonismo na relação homem/natureza

O trechos apresentados na seção anterior demonstram que Marx notava claramente o caráter antagônico e destrutivo que o sistema do capital instaurava nos processos de troca material com a natureza. É desnecessário dizer que Marx jamais considerou essa forma degradada de intercâmbio como uma determinação ontologicamente inalterável da “essência humana”. Para ele, a degradação verificada nos processos de troca com a natureza consiste num fenômeno histórico, ligado a uma forma social específica, e que, exatamente por isso, revela-se historicamente superável. Trata-se de um fenômeno que surge essencialmente com o capital, e que só poderá ser superado com o próprio fim desse sistema de metabolismo social.

A dominação estrutural hierárquica que subordina o trabalho ao capital tem o seu fundamento na separação radical dos produtores em relação às condições objetivas e naturais de produção. O fim da separação artificialmente instaurada entre o produtor e o seu corpo inorgânico é uma condição essencial para o advento de uma nova forma histórica que esteja para além da dominação do sistema do capital. Esta é uma condição indispensável tanto para a superação do antagonismo verificado no domínio das relações sociais quanto do antagonismo que se revela nos processos de troca material entre as sociedades humanas

e a natureza. Sem a referida restituição das funções de controle dos processos produtivos ao corpo social, continuará prevalecendo a divisão estrutural hierárquica do trabalho e, portanto, a dominação do próprio sistema do capital, com as suas respectivas determinações alienadas.

Nos *Manuscritos de 1844*, Marx fornece a seguinte imagem do comunismo:

“O comunismo é, enquanto abolição positiva da propriedade privada (ela mesma alienação humana de si), apropriação real da essência humana pelo homem e para o homem. É o retorno completo do homem a ele mesmo enquanto ser para si, ou seja, enquanto ser social humano, retorno consciente e que se consuma conservando toda a riqueza do desenvolvimento anterior. Enquanto naturalismo acabado, esse comunismo é humanismo; enquanto humanismo acabado, ele é naturalismo. Ele é a verdadeira solução do antagonismo entre o homem e a natureza, entre o homem e o homem, a verdadeira solução do conflito entre a existência e a essência, entre a objetivação e a afirmação de si, entre a liberdade e a necessidade, entre o indivíduo e a espécie. É o enigma resolvido da história e é consciente disto”.⁷²

Deixo aqui de lado uma série de questões que esta passagem suscita. Gostaria apenas de ressaltar o fato de que ela afirma expressamente a idéia de que a comunismo é a forma histórica na qual se realiza “a verdadeira solução do antagonismo entre o homem e a natureza, entre o homem e o homem”. Marx afirma que o sistema do capital só pode se desenvolver de forma antagônica em relação às duas fontes originais de toda riqueza material, ou seja, o trabalhador e a natureza. Mas assinala claramente que o comunismo é a forma social na qual se realiza a solução esse duplo antagonismo.

É preciso assinalar, entretanto, que quando Marx fala em superação do antagonismo verificado na relação entre o homem e a natureza ele está se referindo apenas à atividade produtiva realizada sob a dominação dos imperativos alienados do capital e não à própria atividade produtiva humana. Não se trata, portanto, de suprimir o processo dialético que o ser humano instaura na natureza através do trabalho, mas sim a forma antagônica que a atividade produtiva assumiu com o advento do sistema do capital. Mesmo sob o

⁷² MARX, Karl. *Manuscripts de 1844*. Paris: Flammarion, 1996. p.144.

comunismo, o homem não poderá deixar de se apropriar da natureza e de transformá-la por intermédio do trabalho. Ele deixará de produzir valores de troca, mas não poderá deixar de produzir valores de uso, não poderá deixar de produzir os objetos socialmente úteis.

O trabalho é a atividade através da qual o homem transforma a natureza dada em natureza humanizada. Esse processo de transformação da realidade consiste numa verdadeira dialética da natureza. Uma tal dialética jamais poderá deixar de se manifestar enquanto o ser humano existir. No entanto, se esse processo deve perdurar ao longo de toda história humana, o mesmo não se pode dizer das formas sociais através das quais os homens têm realizado a sua atividade produtiva. Estas são essencialmente históricas.

A forma como os homens se apropriam da natureza depende do modo como os homens produzem/reproduzem a sua existência. Um aspecto bastante característico da época histórica onde se verifica a dominação do capital sobre o processo de trabalho consiste no antagonismo que se revela de forma cada vez mais clara na relação de troca material entre o homem e a natureza. O capital só pode existir através da exploração simultânea da força de trabalho e da sistemática exploração da natureza. Se o trabalho engendra um processo dialético no seio da natureza, a forma que essa atividade assume sob a dominação do capital, faz dessa dialética um processo marcado por um destrutivo antagonismo na relação entre o homem e a natureza. É exatamente esse antagonismo que uma nova forma histórica deve suprimir. Não se trata de superar a mediação primária realizada pelo trabalho, mas tão somente as mediações secundárias que o capital coloca entre o homem e a sua atividade produtiva. Vale a pena insistir na distinção entre o homem e a sua atividade produtiva. Leandro Konder faz a seguinte distinção entre esses dois termos:

“A contradição é a origem de todo o movimento, é a mola profunda de toda transformação. Pensar em suprimir a contradição é sonhar com a supressão da mobilidade das coisas, é sonhar com a supressão da realidade. A contradição, da mesma forma que o movimento (no qual ela se manifesta), é uma condição de existência como tal, é um pressuposto do existir. Já o antagonismo, por ser apenas uma forma de contradição, pode ser perfeitamente suprimido. E o antagonismo, de resto, é uma forma grosseira, primitiva, da contradição. A contradição que ainda se reveste de

uma forma antagônica é aquela que implica em uma solução que tende para a violência, que acarreta grande destruição”.⁷³

O trabalho é a atividade que engendra a contradição nesse movimento de transformação da natureza. Devido a sua importância ontológica, esta forma especificamente humana de agir sobre a natureza jamais poderá ser suprimida. O mesmo não se pode dizer acerca da forma “grosseira”, “primitiva”, “antagônica” que o trabalho termina por assumir quando esse processo deixa de ser voltado para o atendimento das necessidades humanas, transformando-se num processo alienado, cujo objetivo é apenas a autoexpansão do capital, independentemente de qualquer preocupação humana e ecológica.

Além de uma “catástrofe humana”, o sistema do capital produz também uma gigantesca “catástrofe ecológica”. A “catástrofe humana” já seria suficientemente grande para justificar uma condenação radical do sistema de metabolismo social que ele engendra. No entanto, a incapacidade que esse sistema possui de proporcionar um intercâmbio mais racional e equilibrado com a natureza torna a crítica contra a destruição do meio ambiente um elemento cada vez mais importante para a elaboração de uma crítica total do sistema em questão. Não se trata, portanto, de deslocar as questões referentes ao mundo do trabalho para as questões ecológicas. Entretanto, o marxismo, como pensamento que se quer historicamente relevante, não pode deixar de se dar conta de problemas que são tão importantes para a humanidade. A questão ecológica coloca desafios que o marxismo não pode negligenciar.

A destruição da força de trabalho e da natureza são dois aspectos de um mesmo problema. São os dois lados de uma mesma moeda. O processo alienado de produção de riquezas do capital deve explorar simultaneamente as duas fontes geradoras de toda riqueza material. Uma outra forma de intercâmbio material com a natureza passa necessariamente pela transformação do modo como os homens se relacionam entre si.

A regulação racional do sistema de troca material com a natureza é condição indispensável para a preservação do meio ambiente natural. No entanto, uma tal regulação só poderá ocorrer quando os produtores livremente associados detiverem o controle dos

⁷³ KONDER, Leandro. *Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito de alienação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 78.

processos de produção social. Mas essa condição é a mesma que permitirá fundar as bases de uma sociedade verdadeiramente humana, na qual o homem possa se desenvolver de forma integral. No terceiro livro do capital, Marx faz a seguinte observação acerca dessa questão:

“A riqueza real da sociedade e a possibilidade de constante expansão de seu processo de produção não depende, portanto, da duração do mais-trabalho, mas de sua produtividade e das condições mais ou menos ricas de produção em que ela transcorre. O reino da liberdade só começa, de fato, onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas; portanto, pela própria natureza da questão, isso transcende a esfera da produção material propriamente dita. Assim como o selvagem tem de lutar com a Natureza para satisfazer suas necessidades, para manter e reproduzir sua vida, assim também o civilizado tem de fazê-lo, e tem de fazê-lo em todas as formas de sociedade e sob todos os modos de produção possíveis. Com seu desenvolvimento, amplia-se esse reino da necessidade natural, pois se ampliam as necessidades; mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas que as satisfazem. Nesse terreno, a liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a Natureza, trazendo-o para seu controle comunitário em vez de serem dominados por ele como se fora por um força cega; que o façam com o mínimo emprego de forças e sob as condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana. Mas este sempre continua a ser um reino da necessidade. Além dele é que começa o desenvolvimento das forças humanas, considerando como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode florescer sobre aquele reino da necessidade como sua base. A redução da jornada de trabalho é a condição fundamental”.⁷⁴

O controle do processo de trabalho pelos produtores abre a possibilidade para a superação da racionalidade de curto prazo, estreita e unilateral do sistema do capital. Ela cria condições sociais favoráveis para a instituição de uma racionalidade abrangente, global, que leve em consideração tanto as necessidades genuinamente humanas como as exigências e limites impostos pela natureza. No entanto, isso só pode ocorrer através de uma reorientação radical do processo de trabalho para a produção de valores de uso, de produtos socialmente úteis, rompendo com a lógica do mercado e com a produção de

valores de troca. Mas essa transformação implica uma transformação nos fundamentos econômicos da produção: ao invés de a produção ser destinada à extração do trabalho excedente pelo capital, a nova forma social deve colocar o tempo disponível da sociedade livremente à disposição dos fins conscientemente escolhidos pelos próprios produtores.⁷⁵

A crítica contra a destruição ambiental torna-se cada vez mais um componente essencial da crítica marxista. Entretanto, por outro lado, a crítica contra os processos de destruição da natureza não pode prescindir do combate ao modo de controle do capital. Uma nova forma de sociedade deve ser buscada não como um fim em si mesmo, mas sim porque é somente através dessa mudança que se torna possível realizar uma significativa “transformação no modo de vida”. Essa transformação passa pela instauração de formas completamente diferentes do modo como os homens se relacionam entre si, mas passa também por uma substancial transformação na relação homem/natureza. Não é apenas a forma social que condiciona a forma como os homens se apropriam da natureza. A forma como os homens se apropriam da natureza também condiciona o modo como os homens se relacionam entre si.⁷⁶ Por isso, o advento de uma nova forma histórica deve implicar, não apenas uma transformação substancial nas relações sociais humanas, mas também deve engendrar uma significativa modificação na forma como os homens se apropriam da natureza. Sem essa transformação talvez não seja possível alcançar uma forma social qualitativamente superior.⁷⁷ A superação do capitalismo, por mais necessária que seja, não

⁷⁴ MARX, Karl. *O capital*, livro terceiro, vol. V, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 255.

⁷⁵ István Mészáros assinala que a contabilidade socialista deve ser orientada por critérios eminentemente qualitativos. Para ele, um dos objetivos é o estabelecimento de uma ação corretiva sobre a *taxa de utilização decrescente* no valor de uso das mercadorias. A preocupação estratégica com o *aumento da taxa de utilização* a um *nível ótimo* deve se tornar um princípio orientador fundamental da reprodução sociometabólica. MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo; Campinas – SP: Editora UNICAMP, 2002. p. 950.

⁷⁶ “Vê-se imediatamente que essa religião da natureza ou essas relações determinadas para com a natureza são condicionadas pela forma da sociedade e *vice-versa*. Aqui, como por toda parte, aliás, a identidade entre o homem e a natureza aparece também sob esta forma, ou seja, o comportamento limitado dos homens face à natureza condiciona seu comportamento limitado entre si, e este condiciona, por sua vez, suas relações limitadas com a natureza, precisamente porque a natureza ainda quase não foi modificada pela história”. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 25.

⁷⁷ É preciso lembrar que as forças produtivas desenvolvidas pelo capital, em grande medida, não servem para a instauração de uma nova forma histórica, mas, pelo contrário, constituem uma pesada herança, que acorrenta o sistema alternativo às determinações passadas. Por isso, para superar o sistema do capital é preciso transformar, dentre outras coisas, os imperativos materiais que determinam a produção material, assim como a estrutura objetiva do aparato disponível (incluindo instalações e maquinaria) e da forma historicamente limitada ou desenvolvida de conhecimento científico, ambas condições da divisão social do trabalho. MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo; Campinas – SP: Editora UNICAMP, 2002. p. 1030.

é suficiente para engendrar um outro modo de os homens se relacionarem com a natureza, como nos mostra a história das sociedades “pós-revolucionárias” da URSS e dos países do dito “bloco socialista”.⁷⁸ É verdade que estas sociedades jamais conseguiram transcender as determinações alienadas do sistema do capital.⁷⁹ Entretanto, os problemas que nelas se revelaram deixam entrever a complexidade e a dificuldade de instaurar uma forma qualitativamente superior de intercâmbio com a natureza.

É preciso assinalar que a destruição do meio ambiente não pode ser separada das causas socio-econômicas e de suas conotações de classe. Por mais grave que tenha se tornado o problema da destruição do meio ambiente, o capital mostra-se impermeável a

Em entrevista a Émile Noël, François Chatelet faz uma observação muito interessante acerca do mútuo condicionamento entre as formas sociais e a forma como os homens se apropriam da natureza. Segundo ele, a idéia de dominar a natureza possui graves conseqüências político-sociais: “Somos obrigados a constatar que o desenvolvimento dessa vontade de dominar a natureza foi acompanhado por um desenvolvimento concomitante do domínio de alguns sobre outros homens. A questão crucial, hoje, parece ser a questão ecológica. Mas uma sociedade que se lança numa “guerra” contra a natureza não tem, necessariamente, que dispor de um estado-maior que comande e de homens que obedeçam? Não estou aludindo apenas ao capitalismo, mas a todo tipo de regime que tem como objetivo a conquista da natureza. Por exemplo, os regimes nos quais uma burocracia declara que é ela que tem a competência e que os outros devem obedecer às suas ordens. De tal modo, a conquista da natureza se torna, de certa maneira, um princípio que acarreta a sujeição de certos homens por outros”. CHÂTELET, François. *Uma história da razão: entrevistas com Émile Noël*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 68. Segundo essa observação, enquanto prevalecer essa forma limitada de relacionamento com a natureza, marcada pela busca incessante de “dominar” e “conquistar” a natureza, não poderá surgir uma lógica societal radicalmente diferente daquela verificada ao longo da história do sistema de metabolismo social do capital. A divisão estrutural hierárquica do trabalho continuará prevalecendo. Esta é uma observação que merece toda atenção.

⁷⁸ “Na União Soviética, a produção pela própria produção em lugar da produção para o uso substituiu a produção dirigida para a obtenção de lucros. Apesar da lógica da acumulação nas sociedades pós-revolucionárias diferir notavelmente do capitalismo, a direção de sua atividade produtiva, inclusive a deterioração do ambiente, se assemelhou em grande medida aos padrões do desenvolvimento capitalista”. MAGDOFF, Harry. Are these lessons to be learned?. *Monthly Review*, fevereiro de 1991, p. 13-17. apud. Economia, política e tempo disponível: Para além do capital. MÉSZÁROS, István. *Margem esquerda: ensaios disponível*. São Paulo, n.º 1, p. 93-124, maio de 2003. “Da mesma maneira que a abolição da exploração de classe não significa mecanicamente o fim da opressão de sexo, assim também o desfecho do primeiro conflito não é suficiente para resolver essa contradição. Em outras palavras, as tormentas ecológicas não assinalam unicamente o caos da concorrência capitalista. O ecocida burocrático é capaz de desastres pelo menos equivalentes. Se a ecologia radical é necessariamente anticapitalista, este necessário não é, com toda a certeza, suficiente. [...] O capital vive no dia-a-dia do gozo e na despreocupação. Só a burocracia pode rivalizar como seu egoísmo de vista curta”. BENSÁID, Daniel. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 469, 479.

⁷⁹ Embora contenham traços internos anticapitalistas, de que foram exemplos a eliminação da propriedade privada, do lucro e da mais-valia acumulada privadamente, estas sociedades não foram capazes de romper com o sistema de comando do capital que se manteve através dos imperativos materiais; da divisão social do trabalho herdada anteriormente e só parcialmente modificada; da estrutura objetiva, atrasada em seu início e obsoleta em seu desenvolvimento posterior; e da conseqüente generalização do reino da escassez. Seus vínculos com o sistema mundial produtor de mercadorias impediram que sua conformação interna com traços anticapitalistas se tornassem determinantes. MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo; Campinas – SP: Editora UNICAMP, 2002. p. 1029.

qualquer tipo de reforma. Por isso, o imperativo da proteção ambiental revela-se inteiramente inadmissível do ponto de vista do capital, em virtude das correspondentes restrições que se fariam necessárias sobre os processos de produção em vigor. Além do mais, o sistema do capital é impermeável a qualquer solução parcial para os problemas que ele necessariamente engendra. O enfrentamento de questões parciais, como é o caso da questão ambiental, implica a necessidade de desafiar próprio sistema do capital.

De fato, o ambientalismo é uma questão *não-integrável* ao sistema do capital. Essa é uma luta que não desaparecerá enquanto subsistir o domínio do capital sobre a vida dos homens. No entanto, apesar disso, a luta pela preservação do meio ambiente não é capaz de assegurar, isoladamente, qualquer garantia de sucesso. Isto porque, ainda que lute por uma causa justa, para a qual o capital não pode oferecer qualquer solução satisfatória, o ambientalismo pode ser derrotado e marginalizado, pois não representa uma alternativa coerente e abrangente à ordem social prevalecente. Nesse sentido, o enfoque potencial emancipador socialista do trabalho mostra-se mais relevante do que nunca. Apenas a classe trabalhadora, o trabalho, o antagonista estrutural capital, pode proporcionar um quadro de referência estratégico abrangente, no qual os movimento sociais emancipadores, tal como o movimento ambientalista, pode conseguir transformar com sucesso a ordem social dominante e assim gerar um outro modo de os homens se relacionarem com a natureza.⁸⁰

Hoje, mais do que nunca, a “crítica da ecologia política” reforça a crítica da economia política. Mas, por outro lado, os críticos da produção dominada pelo capital não podem mais negligenciar, sobretudo nos dias de hoje, a gravidade dos problemas relativos à depredação sistemática da natureza pelo processo de trabalho humano. Enquanto para o sistema do capital e para os seus “funcionários” a única coisa que realmente importa é a valorização do valor de troca, a autoexpansão do capital, para o homem socialista “a essencialidade da natureza se tornou evidente”. “Ele parte da consciência teoricamente e praticamente sensível do homem e da natureza como a essência”.⁸¹

⁸⁰ Ibidem. 96.

⁸¹ MARX, Karl. *Manuscripts de 1844*. Paris: Flammarion, 1996. p. 156, 157.